
Legislação Fiscal

IRS

Despacho n.º 8603-A/2010. D.R. n.º 98, Suplemento, Série II de 2010-05-20

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Gabinete do Ministro

Tabela de retenção de IRS

Regularização tributária

Portaria n.º 260/2010. D.R. n.º 90, Série I de 2010-05-10

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Aprova o modelo de declaração de regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior e as respectivas instruções de preenchimento

Outra Legislação

Exercício da actividade das clínicas ou consultórios dentários

Portaria n.º 268/2010. D.R. n.º 92, Série I de 2010-05-12

Ministério da Saúde

Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da actividade das clínicas ou consultórios dentários

Alterações Código das Sociedades Comerciais e ao Código dos Valores Mobiliários

Decreto-Lei n.º 49/2010. D.R. n.º 97, Série I de 2010-05-19

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Consagra a admissibilidade de acções sem valor nominal, reforça o regime de exercício de certos direitos de accionistas de sociedades cotadas e transpõe a Directiva n.º 2007/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Julho, e parcialmente a Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro

Programas operacionais

Portaria n.º 274/2010. D.R. n.º 96, Série I de 2010-05-18

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Alarga às empresas, trabalhadores e activos desempregados que integram os sectores dos ramos da construção civil, cerâmica e metalurgia e metalomecânica o âmbito de aplicação das medidas disponibilizadas no quadro da nova geração de iniciativas sectoriais, procedendo à primeira alteração à Portaria n.º 126/2010, de 1 de Março, que estabelece as normas de funcionamento e de aplicação das medidas tomadas no âmbito do Programa Qualificação-Emprego.

Portaria n.º 277-A/2010. D.R. n.º 99, Suplemento, Série I de 2010-05-21

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente e do Ordenamento do Território

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 61-A/2008, de 28 de Março, e 43/2010, de 30 de Abril, que cria o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por Jovens

Portaria n.º 285/2010. D.R. n.º 101, Série I de 2010-05-25

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Altera o Regulamento da Medida INOV-SOCIAL, aprovado pela Portaria n.º 154/2010, de 11 de Março

Portaria n.º 294/2010. D.R. n.º 105, Série I de 2010-05-31

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Primeira alteração à Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+»

Portaria n.º 285/2010. D.R. n.º 101, Série I de 2010-05-25

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Altera o Regulamento da Medida INOV-SOCIAL, aprovado pela Portaria n.º 154/2010, de 11 de Março

Informações Administrativas

Ofício-Circulado n.º 60073/2010 de 22/04- DSJT

Sigilo Fiscal - artigo 64.º da lei geral tributária (lgt) - acesso pelo agente de execução aos elementos da administração tributária (artigo 833.º-a, aditado ao código de processo civil (cpc), pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º. 226/2008, de 20 de Novembro e portaria n.º. 331-a/2009, de 30 de Março).

Ofício-Circulado nº 90014/2010 de 06/05 – Área da Cobrança – Gabinete do subdirector geral

Manual de operações de início de actividade – actualização

De acordo com o previsto no ponto 4 do ofício-circulado nº 30093/2006, de 1 de Junho, referente à divulgação do “Manual de Operações de Início de Actividade”, procede-se à respectiva actualização, por forma a contemplar as alterações legislativas e a adopção de novos procedimentos administrativos.

Ofício-Circulado 40098/2010 de 19/05 - DSIMT

IMT – tabelas práticas após as alterações do OE 2010

Circular nº 2/2010 – Direcção de serviços do IRS

Entendimento quanto à aplicação do regime fiscal dos residentes não habituais criado pelo Decreto-Lei nº 249/2009, de 23 de Setembro e complementado pela Portaria nº 12/2010, de 7 de Janeiro, que define as actividades de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico que relevam para efeitos do regime.

Notícias

Prestação de informação sobre a actividade social da empresa.

A entrega do relatório único decorre, excepcionalmente, até 30 de Junho.

Acordos de troca de informações

O estado português assinou dois acordos sobre a troca de informações em matéria fiscal com os territórios das Bermudas e das Ilhas Caimão.

A entrada em vigor destes acordos permitirá retirar aqueles territórios da lista constante da Portaria nº 150/2004, de 13 de Fevereiro.

Entidades sem fins lucrativos

Foi constituído, por determinação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Sérgio Vasques, um Grupo de Trabalho para o Enquadramento Contabilístico das Entidades sem Fins Lucrativos, ao qual foi atribuída a missão de preparar a edição de normas contabilísticas aplicáveis a essas entidades, bem como a de formular propostas que em matéria fiscal se mostrem pertinentes.